

Carta ao AFRICOM No. I

A Segurança Ambiental e o Engajamento na África

TENENTE-CORONEL ROBERT B. MUNSON, PhD USAFR

O RELACIONAMENTO ENTRE OS Estados Unidos e a África atingiu momento decisivo com a ativação do Comando da África (*AFRICOM*). A questão premente é saber se a relação que esse comando representa centra-se em prioridades de segurança americana ou, de preferência, em mais ampla escala em questões de segurança pertinentes não só aos Estados Unidos mas também às nações africanas. A fim de fazer face a esse último requisito, o novo comando deve concentrar-se naquele ponto crítico às nações africanas que é o meio ambiente. Esta e as três cartas que seguem provocam uma série de questões políticas e ambientais, antecipando recomendações que permitirão ao Comando perseguir tais objetivos.

Oficialmente, o *AFRICOM* passou a ser um comando combatente distinto dentro do Departamento de Defesa Norte-Americano, em outubro de 2008. Mesmo antes de ser ativado, muitas autoridades africanas e outros comentaristas receberam essa nova organização com dúvidas e apreensões a respeito do que percebiam ser a militarização das relações entre os Estados Unidos e a África.¹ O estabelecimento desse comando ocorreu após a invasão do Iraque pelos Estados Unidos em 2003 e da difusão da guerra global contra o terrorismo ao continente africano. O Comando evoca o papel desempenhado pelos militares durante o período colonial e pelos regimes militares pós-coloniais. Assim, a instalação de novo comando estava destinada a causar apreensão, mesmo se fosse apenas a reorganização burocrática dentro da estrutura americana.

Uma vez que a maioria dos países africanos alcançou a independência nos anos 60, a participação americana no continente consistia em apoio a aliados durante a Guerra Fria, abrangendo uma variedade cada vez maior de

intervenções pós-Guerra Fria. Na década de 90, os militares norte-americanos interferiram na Somália, assistiram aos refugiados de Ruanda logo após o genocídio, evacuaram embaixadas durante crises e levaram a efeito operações humanitárias, como durante as inundações que devastaram Moçambique e Tanzânia. A tendência dessas atividades pós-Guerra Fria foi reativa, sem evidência de diretrizes americanas coerentes e planejadas. As únicas ações contínuas pareciam ser programas básicos de assistência à segurança, destacamentos de treinamento esporádico e pequenas missões de assistência médica, odontológica e veterinária.

O *AFRICOM* é hoje organização independente que busca definir missão coerente a longo prazo. Nesse contexto, colocar a segurança ambiental como missão de destaque aumentaria a probabilidade de sucesso, porque beneficiaria tanto os Estados Unidos quanto as nações africanas. A declaração de missão do *AFRICOM* faz claro apelo nesse sentido:

O Comando dos Estados Unidos na África, em colaboração com outras agências governamentais americanas e parceiros internacionais, leva a cabo ações permanentes de segurança militar, através de programas militar-militar, atividades patrocinadas pelas forças armadas e outras operações militares, como ordenado, a fim de promover meio-ambiente estável e seguro na África, em apoio à política exterior dos Estados Unidos da América.²

Essa missão exige engajamento “sustentável” com o objetivo de criar um ambiente “estável e seguro”. Embora tal uso do meio-ambiente não se relacione diretamente ao mundo natural, devemos levar em consideração que para a segurança ser estável, as forças armadas americanas e parceiros africanos devem manter em mente a natureza e sua importância para com

os parceiros africanos. O enfoque em meio-ambiente faria com que ambos alcançassem os objetivos das diretrizes, nutrindo o desenvolvimento da relação. O *AFRICOM* deve, por um lado, centrar-se em generalidades da crescente relação EUA-África. Em geral, não podemos tratar a África como entidade única. É um Continente de 53 países. Devemos considerar cada um de forma independente. No entanto, as posições comuns compartilhadas pela maioria das nações africanas são importantes, porque formam a base de justificativas claras e compreensíveis para o público em geral, sem nos perdermos em questões específicas a cada nação.

A Segurança Ambiental

O *AFRICOM* utilizaria a ideia de segurança ambiental, organizando seu relacionamento para com o continente africano em torno da mesma. Esse conceito ainda está em fase de evolução, no que diz respeito a significado e utilização prática. Contudo, em termos gerais, aborda a relação entre o meio ambiente, a segurança nacional e os conflitos. As questões relativas à segurança do meio-ambiente, que serviriam de guia ao *AFRICOM*, vão desde a consideração de conflito causado pela competição por recursos naturais escassos, até a questão global de mudança climática e o impacto na estabilidade e segurança nacionais. As discussões de segurança do meio-ambiente nem sempre estão vinculadas a colapso do *status quo* e o conflito que dele resulta. De fato, muitos veem a correlação positiva entre a cooperação ambiental, o aumento de confiança por ambos os lados e a propagação da possibilidade de paz, i.e., a pacificação ambiental.³ Talvez o que melhor simboliza esse aumento de dedicação para com as conexões em relação entre o meio-ambiente e a paz é o Prêmio Nobel da Paz de 2004 entregue a Wangari Maathai e ao Movimento Cinturão Verde [*Green Belt Movement*], no Quênia. Esse prêmio confirmou a contribuição de movimentos em prol da democracia e redução de conflitos, através de reflorestamento. O Movimento reconhece que a “paz terrestre depende da capacidade em proteger o ambiente em que vivemos”.⁴

O potencial da segurança ambiental é importantíssimo à relação do Comando para com a África. Ao adotá-lo como guia no engajamento com as nações africanas, o Comando gera a confluência de interesses e posições nos Estados Unidos e África. A segurança do meio-ambiente cria um fluxo de cooperação, devido ao grau de criticidade do meio-ambiente, onde a maioria da população depende diretamente da manutenção básica, como nutrição, combustível e água potável. Por exemplo, mais de 57% da população dedica-se à agricultura. Os percentuais de cada país variam muito, de aproximadamente 90% na Ruanda a apenas 9% na África do Sul.⁵ Somente ao reconhecer essa exigência, integrando-a aos elementos da política exterior americana, pode o Comando cumprir com seu mandato e definitivamente assessorar as diferentes populações a solucionar os problemas.

A Ênfase em Segurança Ambiental - A Justificativa Americana

O *AFRICOM* estaria em consonância com as diretrizes de segurança emergentes, ilustradas em várias declarações públicas [de agências menores até a Casa Branca], ao colocar em foco as diretrizes ambientais. A segurança ambiental é conceito relativamente novo e ainda em evolução. Não reflete, automaticamente, a opinião pública americana em geral. Assim, é importante que correlacione os elementos de segurança ambiental e sua aplicabilidade às relações para com a África, da maneira como o público americano entende o dilema de segurança internacional em evolução.

Desde o final da Guerra Fria, o enfoque principal do governo em agressões armadas maiores evoluiu lentamente, expandindo, a fim de incluir as particularidades de defesa do solo pátrio e ameaças emergentes como o terrorismo e ataques cibernéticos.⁶ Os documentos de diretrizes norte-americanas estão lentamente alcançando essa percepção em fase de mudança. Assim, a segurança ambiental faz parte, agora, do léxico de diretrizes e é tida como importante em considerações dessa na-

tureza. No entanto, essas ideias ainda estão em fase de desenvolvimento. Não existe consenso referente a significado e utilização dentro do governo americano. Assim, o *Comando* encontra-se em posição única, onde pode contribuir para definir diretrizes nessa área.

A Estratégia de Segurança Nacional [*National Security Strategy*] mais recente, publicada em março de 2006, aborda várias áreas estritamente relacionadas à segurança do meio-ambiente. Por exemplo, a *Estratégia* descreve as condições na África, sob a seguinte perspectiva:

A solução de demandas que a África enfrenta exige parceria e não paternalismo. Nossa estratégia é promover o desenvolvimento econômico e expansão de governos competentes e democráticos para que os países africanos assumam a liderança na resolução de suas próprias questões [...] Estamos dedicados a trabalhar com as nações africanas, a fim de fortalecer suas capacidades domésticas [...] ⁷

Mais adiante, o documento destaca dois problemas ambientais decisivos, provenientes da globalização:

- ameaças à saúde pública como as pandemias que ultrapassam fronteiras.
- a destruição do meio-ambiente, seja devido a comportamento humano ou desastres cataclísmicos. . . .⁸

A primeira citação realça o objetivo dos Estados Unidos de entrar em parceria com nações africanas, a fim de promover o desenvolvimento econômico e enfrentar as dificuldades daquele continente. As duas questões de globalização seguintes estão intimamente interligadas ao meio ambiente. A saúde pública e a disseminação de doenças são sintomáticas de condições ambientais que causam apreensão, em particular inquietantes, durante o crescimento rápido de áreas urbanas. As forças armadas americanas, em missões de assistência a desastres, muitas vezes encontraram situações de destruição do meio-ambiente. Uma das dificuldades do *Comando* nessa área é mudar de enfoque: em vez de “apagar o incêndio”, deve estabelecer parcerias a longo prazo, a fim de descobrir a causa do mesmo.

Embora essa *Estratégia de Segurança Nacional* seja a que foi projetada pela administração passada, continua sendo a estratégia oficial até a publicação da próxima em 2010. No entanto, quando a administração Obama chegar ao ponto de emití-la, certamente as declarações das relações E.U.A.-África e o meio ambiente serão semelhantes ou até mesmo mais estritas do que a anterior. Esses temas, atualmente em vigor, são bastante gerais e apenas preparam o terreno para o resto do governo. Com um senso de propósito e direção, o *AFRICOM* decididamente seria a conexão entre as diretivas gerais de 2006 e as normas emergentes da nova administração relativas à segurança ambiental.

Logo após a estratégia da Casa Branca segue a tentativa do Departamento de Defesa, para traduzir a estratégia de segurança nacional adaptando-a à estratégia militar. A *Estratégia Nacional de Defesa* do Secretário de Defesa Robert Gates, publicada em junho de 2008, articulou questões semelhantes às da *Estratégia de Segurança Nacional*, mas em contexto mais chegado ao das forças armadas:

Nos próximos vinte anos, pressões físicas – população, recursos, energia, clima e meio-ambiente – podem combinar-se com a rápida mudança social, cultural, tecnológica e geopolítica para dar origem a maior incerteza...

Sempre que possível, o Departamento de [Defesa] irá posicionar-se para reagir à, e diminuir a incerteza. Isso significa que devemos continuar a aperfeiçoar o modo de compreender as tendências, suas interações e o âmbito de riscos pelos quais o Departamento talvez tenha que responsabilizar-se. Devemos agir para reduzir os riscos, moldando a evolução de tendências através das decisões que tomamos em relação a equipamento e capacidade que desenvolvemos, bem como a cooperação de segurança, apoio, persuasão, dissuasão e atividades operacionais que perseguimos [grifo do autor].⁹

Nesse documento, Gates vê as pressões intimamente relacionadas ao meio ambiente e ao uso sustentável de seus recursos. O Secretário estava determinado a posicionar o Departamento de Defesa de forma pró-ativa, moldando as tendências, evitando, assim, o método mais arriscado e, em potencial, mais oneroso e menos eficaz de reagir a elas. Não se refere à África especificamente, mas deixa

ao *Comando* a possibilidade de orientar a missão, levando em conta suas apreensões.

Na Diretiva 3000.5 do Departamento de Defesa que discute operações de estabilidade vemos o refinamento da posição do Secretário Gates. Essa diretiva coloca as operações de estabilidade ao mesmo nível que as operações de combate, a missão central das forças armadas, com o objetivo de estabelecer ordem, muitas vezes utilizando forças locais, que promovam os interesses e princípios norte-americanos. Essas operações possuirão metas a curto prazo, mas o “objetivo a longo prazo é assessoria durante o desenvolvimento de capacidade local para garantir serviços básicos, economia de mercado viável, Estado de Direito, instituições democráticas e sólida sociedade civil.”¹⁰ Essa diretiva leva à discussão de estratégia operacional e incentiva os membros das forças armadas a mudar a forma de pensar, passando de enfoque em operações de combate puramente tradicionais à ampla variedade de tarefas que, de maneira pro-ativa, evitam conflitos armados. O significado dessa diretiva ao *Comando* é que as operações de estabilidade, que incluiriam a segurança ambiental, são operações militares válidas que o novo comando veria como perspectiva principal.

Esses três documentos importantes requerem contínuo engajamento com os países africanos, enfoque em questões ambientais, auxiliando na orientação do desenvolvimento de relações E.U.A.-África, através do *Comando*. Embora esse empreendimento possa mudar com a administração do Presidente Obama, tudo indica que seu interesse em opções multilaterais e engajamento com outros países tendem a fazer com que quaisquer documentos subsequentes venham a ser ainda mais pró-segurança ambiental. No entanto, tal ênfase é apenas parte da equação. A outra diz respeito aos pontos de vista dos possíveis parceiros africanos.

Como Engajar a Perspectiva Africana

A missão do *AFRICOM*, que se desenvolve, deve justificar as diretrizes americanas sob outra perspectiva – a de possíveis parceiros

africanos. Como acima mencionado, embora as minúcias das relações bilaterais e regionais sejam importantes, é também essencial compreender certos ângulos gerais a respeito do continente, articulados publicamente. Solidificam a estratégia americana de segurança do meio-ambiente, demonstrando a confluência de interesses e posições onde todos os parceiros, americanos e africanos, recebem benefícios. No cenário de segurança pós-Guerra Fria em evolução, os países africanos muitas vezes destacam a importância do meio-ambiente em muitos programas de organizações internacionais. A seguir, apresentamos exemplos das Nações Unidas e da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano [*New Partnership for African Development-NEPAD*]. Temas semelhantes surgem dentro dos objetivos de outras organizações continentais ou grupos regionais, como a Comunidade Econômica das Nações da África Ocidental [*Economic Community of West Africa States-ECOWAS*] ou a Comunidade de Desenvolvimento Sul-Africano [*Southern African Development Community-SADC*].¹¹

Sob a égide das Nações Unidas, todas as nações formularam e aprovaram as oito metas gerais do Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. Essa organização descreve esses objetivos como o plano de ação que deve ser concluído até 2015. É importante ressaltar que as nações africanas comprometeram-se a cooperar, a fim de, *inter alia*:

- erradicar a extrema pobreza e a fome
- reduzir a mortalidade infantil
- combater o *HIV / AIDS*, a malária e outras doenças
- garantir a sustentabilidade do meio-ambiente¹²

Todos os objetivos acima possuem claras conexões e inferências ambientais. A pobreza e a fome geralmente estão firmemente relacionadas às práticas agrícolas e à utilização da terra em áreas rurais, enquanto que em zonas urbanas concentram-se, em geral, em favelas em expansão, com pouca infraestrutura e serviços escassos. No entanto, a pobreza e a fome urbana alastram-se às zonas campestinas adja-

centes, porque os favelados usam os recursos rurais, como lenha, sem mencionar as frequentes viagens de visita à família. Os perigos ambientais, tais como péssimas condições de vida, desnutrição e condições climáticas, contribuem à elevada mortalidade infantil, enquanto enfermidades, como a malária e, em menor escala, a *AIDS*, tendem a ser associadas à condições ambientais.

A ONU expandiu o quarto objetivo - alcançar a sustentabilidade do meio-ambiente, enumerando quatro metas para avaliar o progresso:

1. integrar os princípios de desenvolvimento sustentável em diretrizes e programas e reverter a perda de recursos ambientais;
2. reduzir a perda de biodiversidade, alcançando grande decréscimo em 2010;
3. reduzir em até 50% a proporção da população sem acesso contínuo à água potável e saneamento básico, até 2015;
4. no mínimo, alcançar grande melhoria de vida para 100 milhões de favelados, até 2020.¹³

Enquanto a primeira meta tende a ser a prerrogativa de governos nacionais, o *AFRICOM* facilmente contribuiria às tentativas dos países africanos em satisfazer os outros três objetivos. O crucial aqui é o pessoal do *Comando* estar disposto a considerar as metas dos parceiros africanos ao elaborar programas e a eles dedicar-se a longo prazo.

Ao contemplarmos a *NEPAD / Le Nouveau Paternariat pour le Développement en Afrique*, percebemos outra perspectiva africana, ao passarmos do nível global ao continental: a iniciativa africana.¹⁴ Essa parceria tem como objetivo geral reduzir a pobreza e o subdesenvolvimento no continente. Os quatro objetivos primários são:

- erradicar a pobreza.
- colocar os países africanos, individual e coletivamente, rumo ao crescimento e desenvolvimento sustentável.
- deter a marginalização da África em processo de globalização, melhorando a

plena e benéfica integração na economia global.

- acelerar a capacitação de mulheres.

Os dois primeiros objetivos de erradicação da pobreza (como no programa da ONU acima) e o incentivo ao crescimento sustentável, convidam à abordagem de questões ambientais, especialmente devido à grande proporção da população africana que depende do meio-ambiente. Tipicamente, os países africanos produzem matéria-prima e não produtos manufaturados. A globalização exacerba a tendência, colocando grande pressão sobre o meio ambiente, seja através da monocultura, produção de minas não regulamentadas ou exploração insustentável de recursos naturais como pesca e produtos florestais. Finalmente, a emancipação da mulher e o meio ambiente estão firmemente interligados, uma vez que as mulheres tendem a ser agricultoras, i.e., o ganha-pão da família. Portanto, são escravas da produção agrícola. O Nobel da Paz de 2004 atribuído a Wangari Maathai é importante, uma vez que interconecta a emancipação da mulher, o meio-ambiente e a posição da mulher como meio de sustento da família.

Esses dois primeiros exemplos das metas de Desenvolvimento do Milênio e da *NEPAD* ilustram a posição dos governos nacionais africanos. Esses últimos abrangem o espectro político total, de democracias multipartidárias a países totalitários. Embora ideologicamente os Estados Unidos prefiram cooperar com as democracias, as forças armadas americanas muitas vezes cultivam nações em todo o espectro. Como tal, é importante considerar os pareceres do povo africano. O engajamento com nações não liberadas pode ainda beneficiar a política americana, se os Estados Unidos não apenas perseguirem objetivos de apoio ao governo, mas também aqueles que o povo africano pensa serem apreciáveis.

Identificamos as opiniões das populações africanas de várias maneiras, i.e., examinando a imprensa e declarações de organizações africanas não-governamentais (ONGs) ou a posição de grupos religiosos. No entanto, o *Afrobarômetro* dá uma ideia do que o público africano está pensando. É uma série de pes-

quisas de opinião pública que vem sendo feita em diversos países africanos desde 2000. Esses estudos demonstram que o meio-ambiente é importante para o público e *não apenas para os governos africanos* em foros internacionais. A maioria do povo africano que participa das pesquisas vê o desemprego como o problema principal. Segue a saúde e, logo após os problemas de rápido aumento da pobreza e fome, em paralelo com o problema da segurança alimentar.¹⁵ Em áreas rurais, como acima mencionado, o desemprego, bem como a pobreza, a fome e a segurança alimentar estão intimamente relacionados à saúde e à sustentabilidade do meio ambiente, já que a maioria desses moradores rurais é de agricultores subsistentes. O desemprego rural muitas vezes significa que a agricultura de subsistência deve ser complementada por familiares que trabalham fora para ganhar dinheiro – muitas vezes conectando as zonas rurais às urbanas.

O Ponto de Contato entre a Justificativa Americana e as Perspectivas Africanas

O *Comando* utilizaria os dados referentes às prioridades dos líderes e de populações africanas para adaptar os programas de engajamento. À medida que evolui, obteria maior retorno de dólares alocados, investindo de forma inteligente na resolução de problemas africanos, não só importantes à população local, mas também a futuros interesses democráticos americanos no continente. A pergunta então é: como o *Comando* pode adequadamente integrar a importância da segurança do meio-ambiente, expressa em documentos de estratégia americana à perspectiva que os africanos possuem acerca de seus problemas? A resposta repousa em duas áreas importantes – operações interagenciais autênticas e devoção à habilidade diplomática. Por um lado, o *AFRICOM* deve possuir a combinação certa de peritos norte-americanos com a capacidade de relacionar-se bem com os parceiros africanos e seus problemas. É crucial demonstrar que a relação não é puramente um empreendimento militar. Por outro lado, o *AFRICOM*

necessita trabalhar em processo de vias de comunicação abertas entre todas as partes para saber exatamente como os governos e populações percebem as ações do *Comando*. Em seguida, deve existir a disposição e a capacidade para adaptar os programas baseados nessa informação.

Desde as primeiras propostas para a criação de um *Comando* na África, o *DoD* vem cogitando em estrutura além de “comando”, que incorpore grande variedade de participantes interagenciais juntamente com o pessoal militar. Nessa tentativa, o *AFRICOM* experimentou apenas certo grau de sucesso – em parte devido a problemas orçamentários e em parte devido a reações de possíveis parceiros interagenciais.¹⁶ No entanto, o *Comando* deve projetar além dos limites dos parceiros interagenciais de costume – como o *DoS*, Agência Americana de Desenvolvimento Internacional, Departamento do Tesouro, etc – para também incluir aqueles que proporcionariam maior sinergia com enfoque em segurança do meio-ambiente. Deve considerar o Departamento de Agricultura, o Serviço Florestal, a Agência de Proteção ao Meio-Ambiente e outros órgãos envolvidos diretamente em questões ambientais. Isso não só proporcionaria o ingresso de grande variedade de oficiais públicos com diferentes bases de conhecimento, mas também apresentaria uma faceta mais coerente aos parceiros africanos, relacionando segurança às questões ambientais. Esse novo *Comando* deve perceber a segurança como a administração do governo americano agora o faz: i.e., vasta esfera de questões com o objetivo primordial de *prevenir* e não somente reagir a problemas.

A diplomacia pública é a outra forma de integrar as diretrizes americanas às perspectivas africanas.¹⁷ A ênfase em diplomacia não significa apenas a comunicação com os governos africanos, mas também com as várias populações para que possam compreender os objetivos e, possivelmente, apoiar as ações americanas. Não é apenas algo unilateral, mas que exige o desenvolvimento de relacionamentos duradouros com indivíduos, grupos e organizações vitais. Esse desenvolvimento consciente é um meio de retorno a longo

prazo aos líderes do *Comando*. Assistiria a organização a adaptar as atividades com o passar do tempo para realmente atender às necessidades africanas. Além disso, essa adaptação fará com que as diretrizes sobrevivam a longo prazo, demonstrando o compromisso americano para com os parceiros africanos, bem como comprovando ao público americano que o dinheiro investido foi bem gasto.¹⁸ Para realmente atingir o objetivo de apoio à diretiva de segurança ambiental, o *Comando* deve passar a informação de forma transparente, envolvendo os correspondentes africanos, buscando opiniões e verdadeira colaboração.

Conclusão

As declarações políticas e pareceres norte-americanos e africanos apoiam o compromisso do *AFRICOM* para com as nações africanas, auxiliando fortalecer a segurança ambiental no continente. Com esse pano de fundo, as cartas restantes dizem respeito a três áreas de possível envolvi-

mento. Na carta que segue, John Ackerman considera as várias dimensões da degradação do meio-ambiente que podem gerar conflitos. Apresenta dois breves estudos de caso, ilustrando os dois extremos do espectro. O primeiro, o Sudão, demonstra que a degradação ajuda a provocar o conflito, enquanto o Níger, no outro extremo, ilustra como projetos de conservação do meio ambiente diminuem a possibilidade de confronto. Na terceira carta, Rob Sands analisa a segurança ambiental sob outra dimensão, descrevendo o papel das zonas de conservação como mecanismo para a resolução e talvez, a prevenção de conflitos. Finalmente, Linda Dennard e Eric Stilwell alegam na Carta No. 4 que o *AFRICOM* alavancaria a gestão dos recursos naturais através da utilização de capacitação como elemento central de relações nacionais e internacionais pacíficas e estáveis. Cada autor apresenta certas recomendações práticas em como o *AFRICOM* participaria com parceiros africanos nessas áreas. □

Notas

1. Government Accounting Office. "Actions Needed to Address Stakeholder Concerns, Improve Interagency Collaboration, and Determine Full Costs Associated with the U.S. Africa Command," GAO Report GAO-09-181, (February 2009), 16ff, disponível em: <http://www.gao.gov/products/GAO-09-181> (acessado em 9 de julho de 2009).

2. "United States Africa Command Mission Statement," disponível em <http://www.africom.mil/AboutAFRICOM.asp> (acessado em 12 de junho de 2009).

3. Ver Robert Sands, "Carta ao *AFRICOM* NO. 3: As Áreas de Conservação Transfonteiras e o *AFRICOM*. A Resolução de conflitos e a Sustentabilidade Ambiental", nesta edição. Duas coleções de dissertações discutem ainda mais este tópico. Ken Conca and Geoffrey D. Dabelko eds., *Environmental Peacekeeping* (Washington DC: Woodrow Wilson Center, 2002) and Saleem H. Ali, ed., *Peace Parks: Conservation and Conflict Resolution* (Cambridge MA: MIT Press, 2007).

4. "The Noble Peace Prize 2004," comunicado de imprensa, disponível em: http://nobelprize.org/nobel_prizes/

peace/laureates/2004/press.html (acessado em 9 de julho de 2009).

5. UNEP. *Africa: Atlas of Our Changing Environment*, x; CIA, *The World Factbook*, 2009, disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html> (acessado em 27 de julho de 2009).

6. Ver Donald Rumsfeld, *2006 Quadrennial Defense Review* (Washington DC: Government Printing Office, 2006).

7. George Bush, *National Security Strategy* (Washington DC: Government Printing Office, 2006), 35-38.

8. Bush, *National Security Strategy*, 47.

9. Robert Gates, *National Defense Strategy* (Washington DC: Government Printing Office, 2008), 4-5.

10. DoD Directive 3000.05, "Military Support for Stability, Security, Transition, and Reconstruction (SSTR) Operations," (November 28, 2005), 2, disponível em: <http://www.dtic.mil/whs/directives/corres/html/300005.htm> (acessado em 7 de julho de 2009). Nota: essa diretiva foi na verdade lançada em 2005, antes da National Defense Strategy, mas certamente ilustra como evolui o pensamento dentro do Departamento de Defesa.

11. E.g. o objetivo do ECOWAS é “promover a cooperação e integração, visando estabelecer uma união econômica e monetária como meio de estimular o crescimento econômico e o desenvolvimento na África Ocidental.” ECOWAS teve grande sucesso em áreas como “agricultura” e “proteção do meio ambiente”. Cf. “Discover ECOWAS, disponível em: http://www.comm.ecowas.int/sec/index.php?id=about_b&lang=en (acessado em 9 de julho de 2009). Em comparação, “a visão do SADC é de futuro comum, dentro de comunidade regional que garanta o bem-estar econômico, a melhoria de padrões e qualidade de vida, liberdade e justiça social, paz e segurança para os povos do sul da África. ...” “SADC Profile,” disponível em: <http://www.sadc.int/index/browse/page/52> (acessado em 9 de julho de 2009).

12. United Nations, *Millennium Development Goals*, disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/> (acessado em 31 de julho de 2009).

13. United Nations, *Goal 7*, disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/environ.shtml> (acessado em 2 de junho de 2009).

14. “New Partnership for African Development,” disponível em http://www.nepad.org/AboutNepad/lang/en/sector_id/7 (acessado em 31 de julho de 2009).

15. Michael Bratton and Wonbin Cho, comps, *Where is Africa Going? Views From Below: A Compendium of Trends in Public Opinion in 12 African Count*, Afrobarometer Working Paper No. 60, disponível em <http://www.afrobarometer.org/abbriefing.html> (acessado em 12 de junho de 2009).

16. Government Accounting Office. “Actions Needed to Address Stakeholder Concerns,” 16ff, disponível em: <http://www.gao.gov/products/GAO-09-181> (acessado em 9 de julho de 2009).

17. As forças armadas americanas frequentemente referem-se à Diplomacia Pública como Comunicações Estratégicas. Essa última, muitas vezes possui o outro significado de relações públicas, isto é, uma abordagem mais flexível para informar aos outros o que os Estados Unidos estão tentando fazer. Cf. James G. Stavridis, “Strategic Communication and National Security,” *Joint Force Quarterly*, Issue 46, 3rd quarter (2007): 4-7, disponível em: http://www.ndu.edu/inss/Press/jfq_pages/i46.htm (acessado em 9 de julho de 2009).

18. Joseph S. Nye, “Public Diplomacy and Soft Power,” *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 616, no. 1 (March 2008): 94-109, disponível em: <http://ann.sagepub.com/cgi/reprint/616/1/94> (acessado em 9 de julho de 2009).



Robert Munson é Tenente-Coronel Reservista da Força Aérea dos Estados Unidos. Atualmente, em serviço ativo como Catedrático Assistente de Estudos Comparativos Militares, Air Command and Staff College, Base Aérea Maxwell, Alabama. Cumpriu várias missões de serviço na Europa e África. Possui um Doutorado em História da África pela Universidade de Boston e Mestrado em Estudos Africanos e Ciência Política pela Universität Leipzig, Alemanha. Sua dissertação foi uma análise das mudanças geomorfológicas nas Montanhas Meru e Kilimanjaro no norte de Tanzania durante os estudos na Alemanha, inclusive extenso trabalho de campo nessas duas montanhas. Publicou artigos referentes à história ambiental da África e mais especificamente, Tanzania. Atualmente completa um livro pertinente às mudanças sociais no norte de Tanzania.